

**AGRICULTURA MODERNA E O PODER DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIOCULTURAL NA BACIA DO RIBEIRÃO VAI-DEM EM IPAMERI (GO):
produção do estranhamento**

Letícia Vaz¹

leticiavaztga@gmail.com

Resumo

O trabalho consiste numa reflexão sobre a modernização da agricultura como um condicionante do processo de produção do estranhamento na bacia do ribeirão Vai-Vem em Ipameri (GO). A análise realizada é embasada pela observação visível e invisível da bacia do ribeirão Vai-Vem, que possibilita o levantamento de hipóteses sobre a efetivação de um estranhamento da sociedade para com o ribeirão em decorrência do próprio estranhamento entre Homem e Natureza. No processo de comprovação dessa hipótese infere-se que o trabalho assume um caráter mais voltado para incitar um debate sobre o tema do que essencialmente apresentar resultados e evidências.

Palavras-Chaves: Produção do Estranhamento. Modernização da Agricultura. Relação Campo e Cidade.

**MODERN AGRICULTURE AND THE POWER OF SOCIOCULTURAL
TRANSFORMATION IN VAI-DEM RIVER WATERSHED IN IPAMERI (GO):
ESTRANGEMENT PRODUCTION**

Abstract

The work is a reflection about the modernization of agriculture as a conditioning process for subordination of the field to the city, for socio and culture transformations and for strangeness production in the watershed of the river Vai-Vem in Ipameri (GO). The analysis is grounded by the visible and invisible observation of the Vai-Vem watershed, which enables the lifting hypotheses about the realization of a society's estrangement toward the stream as a result of his own estrangement between Man and Nature. In the process of proving this hypothesis is possible infers that the work takes a more targeted to encourage a debate on the theme of which essentially present results and evidence.

Key Words: Strangeness Production. Modernization of Agriculture. Relationship between Field and City.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de reflexões teórico-metodológicas realizadas no decorrer da disciplina “Produção e (RE) Produção do Espaço Urbano” ofertada pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, nível mestrado, da

¹ Bacharelada em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí e em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos.

Universidade Federal de Goiás – UFG. Tem como objetivo refletir sobre o processo de modernização como desencadeador do fenômeno de estranhamento na população ribeirinha da bacia do ribeirão Vai-Vem em Ipameri (GO). Para isso fez-se fundamental a realização de discussões sobre temas como subordinação do campo à cidade e intensificação da urbanização na área de estudo.

A bacia do ribeirão Vai-Vem manancial que abastece o município de Ipameri (GO) é marcada por intensos contrastes nas paisagens decorrentes do uso e ocupação da terra e do nível de modernização que guia as técnicas de utilização desta e gera degradação das Matas Ciliares e, por conseguinte, contaminação e poluição das águas. Verifica-se que nos trechos onde ocorre cultivo baseado na agricultura convencional, bem como qualquer outra atividade latifundiária baseada nas técnicas de modernização a devastação do meio é acentuada.

Nos trechos do ribeirão que passa pela cidade esse processo deletério ainda é mais premente. Os moradores ribeirinhos sofrem com as constantes enchentes e com o cheiro desagradável emanado de suas águas. Dentro da cidade o ribeirão possui nas suas margens uma escassa cobertura vegetal que não caracteriza uma Mata Ciliar conforme os parâmetros legais (Lei 12.651 de 25 de maio 2012), além disso, com a intensificação da urbanização e consequente impermeabilização do solo os processos de inundação e enchentes tornam-se frequentes.

A população que vive próximo ao ribeirão em sua maioria é de classes culturalmente desfavorecidas (BORDIEU, 2008) e por não ter condição financeira suficiente para morar em terreno afastado desse onde ocorrem com frequência tais desastres naturais e os inconvenientes do odor, são obrigados a permanecer nessa realidade degradante. A causa desse panorama tanto no campo quanto na cidade provém do sistema capitalista de produção, materializado hoje pela industrialização que mediante o discurso do progresso alastra-se e potencializa a urbanização que por sua vez contribui enormemente para ascensão dos impactos negativos no ribeirão Vai-Vem.

Afinal no desenvolvimento da projeção e do planejamento de crescimento das cidades, guiada pela especulação imobiliária e pelo Estado, a preservação ou conservação da qualidade ambiental não constituem objetivos que pretendem cumprir, embora esse seja um direito constitucional. Pelo contrário, pois o único

intuito é o da acumulação de capital que, por conseguinte promove o desenvolvimento desigual e a homogeneização da cultura do consumo instigando assim a dilapidação cada vez mais pujante dos recursos naturais.

Além das consequências já citadas, ocorre ainda o estranhamento da população para com o ribeirão. Pois as transformações ocorrem numa velocidade avassaladora, de modo que a sociedade ipamerina que recentemente tomava banho nas águas do ribeirão e, sobretudo as crianças, que se deleitavam em brincadeiras e divertimentos, hoje sequer têm prazer em passar nas ruas tangentes ao ribeirão haja vista o odor fétido exalado por suas águas.

No campo esse processo também pode ser notado. Hodiernamente, as nascentes do ribeirão Vai-Vem, com raras exceções, não mais são utilizadas para consumo humano apesar da água do ribeirão abastecer o município de Ipameri (GO). A razão dessa opção se deve a intensa aplicação de agrotóxicos próxima a essas tornando a qualidade de suas águas duvidosa. Tais mudanças de hábitos, como dito, constataam o estranhamento da população rural para com as águas do ribeirão também, uma vez que não há mais o reconhecimento da área em razão da poluição.

Sob esse prisma, para entender o que é esse fenômeno do estranhamento se faz imprescindível compreender primeiro a lógica que o originou e as consequências inexoráveis advindas desse encadeamento. Dentre esses pífios resultados serão debatidos a seguir, pela relevância que assumem nesse contexto, o processo de transformação pelo qual passa o campo, a relação campo/cidade e a apropriação pelas técnicas modernas de produção da área drenada pela bacia do ribeirão Vai-Vem.

METODOLOGIA

A construção desse estudo foi balizada por visitas de campo na área rural e urbana drenada pela bacia do ribeirão Vai-Vem em Ipameri (GO) que permitiram a aproximação do pesquisador com a realidade pesquisada. Nesse trabalho de campo o emprego da observação como procedimento metodológico foi predominante. Tal procedimento é denominado por George (1986) por observações visíveis que

consistem no primeiro tempo no processo mental de pesquisar. Para o referido autor a observação compreende um instrumento de excelência que permite o estudo de determinado objeto, um procedimento metodológico geográfico que exige dois comportamentos mentais para ser efetivamente aplicado, o processo de observação visível e o de observação invisível.

Sendo que por observação invisível têm-se aqueles fatores que não são detectados macroscopicamente (como pela observação visível) e, por conseguinte, exigem conhecimento analítico, análises laboratoriais, experimentos ou emprego de qualquer outra técnica científica que, comumente não é geográfica, para assegurar uma inferência. Nota-se que a aplicação da observação invisível suscita conjunturar e, por conseguinte, instiga a elaboração de hipóteses, que por sua vez, permitem o delineamento da pesquisa científica. Partindo dessa assertiva a continuação do trabalho se dará a partir da realização de análises físico-químicas e biológicas de amostras da água do ribeirão Vai-Vem para comprovar ou não a hipótese de que sua água é inadequada para consumo humano.

De acordo com Zione (2005), a pesquisa pode ser entendida como um processo de produção do conhecimento por meio de procedimentos, métodos e técnicas consagradas pela comunidade científica. Nesse sentido para realizar essa pesquisa e atingir os objetivos propostos outro procedimento metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica visando atingir a reflexão acerca do tema posto em causa, e, assim, chegar as considerações sobre a produção do estranhamento na área drenada pela bacia do ribeirão Vai-Vem.

Relação Campo/Cidade, a caminho do desaparecimento?

O campo e a cidade são certamente espaços que vivenciam a dinâmica das transformações deletérias engendradas pelo sistema capitalista. E entender como essa ocorre suscita a necessidade de interpretação dessa relação campo/cidade. É Prado (1979) quem rompe o elo da relação entre campo/economia e abre espaço para a discussão dos movimentos agrários e urbanos.

A fim de esclarecimento, nesse momento, vale apresentar o que é a urbanização. Para Custódio (2005, p. 196) “A urbanização é um processo social

complexo e contraditório caracterizado pela intensificação das relações sociais, econômicas e políticas, além da necessidade de infraestruturas física e social para garantir a produção, a circulação, o controle, a decisão e o consumo da vida urbana.”. Constitui, assim, um resumo das interações socioeconômicas mediante a realização do trabalho que se materializa em estruturas físicas aglomeradas consolidando o que se chama de cidade.

A intensificação da urbanização na região de Ipameri bem como em todo estado de Goiás verificou-se recentemente, datando principalmente dos últimos 50 anos quando ocorreu a expansão de culturas comerciais para o interior, a intensificação da circulação tanto ferroviária quanto, mais recente, a rodoviária, o desenvolvimento das indústrias de oficina ou de fábrica em concomitância ao decréscimo das atividades artesanais e, sobretudo, as mudanças tecnológicas.

De acordo com o explanado no relatório CNUMAD (1991) o desenvolvimento urbano industrial do Brasil se delineou no período do Estado Novo compreendido o momento a partir de 1930 quando ocorreu a crise cafeeira e aqueles que continuaram a frente do poder econômico de 1937 retomaram a adoção do modelo primário exportador (matéria-prima). Essa estratégia garantiu a base econômica de desenvolvimento brasileiro até 1980.

Nesse período valem destacar dois momentos, os ocorridos entre 1950 e 1969 e depois entre 1970 a 1981. O primeiro período marca a expansão da agricultura, a responsável por fornecer os recursos que possibilitou o financiamento do desenvolvimento urbano industrial. O Segundo período assume como principal característica a estratégia da modernização que visava minimizar as intensas diferenças de distribuição de renda no país. Assim entram em cena os incentivos a produção e a aplicação da ciência na agricultura mediante a consolidação de sistemas de pesquisa tal como a EMBRAPA.

Porém, vale destacar antes disso a década de 1940 quando Getúlio Vargas lança a primeira iniciativa de política de planejamento destinada à ocupação produtiva da região central do país. Programaram colônias agrícolas nos Estados de Goiás e Mato Grosso e estenderam a estrada de ferro até Anápolis o que estimulou conforme Calaça e Dias (2010) a migração de produtores, principalmente do sul do país.

E assim ocorre a inserção da região definitivamente no capitalismo mundial, como coloca Chaves (2008), bem como, a consolidação dos efeitos deletérios que se consubstanciaram a partir da década de 1970 quando se teve o início dos incentivos governamentais fornecidos a fim do desenvolvimento da região. A título de exemplo podem ser citados o PRODECER e o POLOCENTRO, que consistiram conforme o autor, os principais instrumentos de crédito supervisionado e subsidiado.

Umas das mais adversas consequências desses incentivos a urbanização e industrialização e, portanto a modernidade, no que tange a questão ambiental, sobretudo aqueles empreendidos após a década de 70, é a avassaladora destruição dos ecossistemas, isso sem falar no surgimento da desigualdade social. Antes do surto cafeeiro e desses incentivos à modernização agrícola, o território de São Paulo e Paraná eram cobertos por 82 e 90% de mata nativa e a região central do país era praticamente toda preservada.

E essas intensificações se deram para atender o anseio governamental de promover o desenvolvimento urbano industrial e agropecuário no país, de forma a modernizá-lo. Nesse contexto a cidade e o campo se tornam palcos da “[...] realização simbólica daquilo que comumente se concebe como “vida moderna”.” (GOMES; COSIA, 1988, p. 48).

Há muitos espaços que podem ser utilizados como objeto de pesquisa para o estudo da modernidade, mas a relação entre os espaços campo e cidade foi escolhida pelo fato de ser um processo assaz característico da área pesquisada e que permite com clareza explanar o fenômeno do estranhamento por parte da população ipamerina sobre o ribeirão Vai-Vem independente de onde ele se verifique se é no campo ou na cidade.

O ribeirão Vai-Vem, como componente da região central do país não ficou de fora do impulso dessas transformações e nos tempos hodiernos grande parte das suas nascentes não possui cobertura vegetal que caracteriza uma Mata Ciliar. Isso para não falar nas suas margens onde a cobertura vegetal nativa é escassa sendo tomada pelas monoculturas ou pastagens.

Como principal consequência do desmate tem-se a intensa contaminação e poluição da água. E contribuição com a degradação há atividade pecuarista que não fica atrás em termos de depleção ambiental. Uma quantidade significativa de

nascentes do ribeirão Vai-Vem, contabilizando 35% delas está pisoteada pelo gado e em preocupante estado de conservação (VAZ, 2009).

Na cidade a presença de um laticínio que funcionou até a década de 90 e a ausência de saneamento básico proporciona um quadro ainda pior de perda de qualidade da água. Vários testemunhos denunciam o quanto o Laticínio impactou na fauna aquática. E o odor do ribeirão se tornou ainda pior devido a matança de peixes propiciada pelo despejo de efluentes desse. Isso para não falar das enchentes que se tornaram frequentes devido a gradativa impermeabilização do solo no município.

O inquietante dessa situação é que essas mudanças nada positivas, frutos dos incentivos direcionados ao desenvolvimento industrial e do agronegócio, podem causar impactos irremediáveis ao meio ambiente e encadear injustiças sociais alterosas, já que no tocante as atividades desenvolvidas no campo, a agricultura praticada é a quimificada e tecnificada pautada na aplicação intensa de agrotóxicos, uso desenfreado de fertilizantes e mecanização contínua.

O injusto, socialmente falando, de toda essa dilapidação é que essa ocorre para atender a lógica de acumulação de capital, ou seja, tem um caráter extremamente concentrador, o que significa que beneficia poucos. Prado (2000, p. 15) coloca que acima de 30 milhões de brasileiros dependem para seu sustento da utilização da Terra. Mas o sistema capitalista de produção incentiva acumulação de estruturas fundiárias e, assim, a maioria desse montante de brasileiros trabalha para o benefício de uma ínfima parcela da sociedade, que são os detentores dos grandes latifúndios de terra.

Fernandes (1993) informa que o Brasil é o país com o segundo maior índice de concentração de terras no mundo perdendo apenas para o Paraguai. E, por conseguinte, a essa situação existem milhões de seres humanos (não só brasileiros, uma vez que o sistema capitalista de produção já se alastrou por todo o mundo) vivendo em extrema miséria. Outro dado advindo dos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial que o autor enfatiza é a colocação em primeiro lugar do Brasil como país com maior nível de desigualdade social do mundo e um dos campeões em índices altos de analfabetismo.

E o irônico é que o início dessa realidade sempre é engendrado por incentivos governamentais com fins de desenvolvimento e progresso. Vale questionar

desenvolvimento de quem. E a resposta pode ser ostensivamente apresentada ao se observar a distribuição territorial brasileira ou a distribuição de renda, ou ainda os números da pegada ecológica².

Os maiores estabelecimentos agropecuários, conforme descreve Prado (2000, p. 17), que correspondem a 75% da população estão na mão de cerca de apenas 9% da população, ou seja, os outros 25% pertencem aos 91% da sociedade. Quanto aos resultados da pegada ecológica do mundo Porto-Gonçalves (2006) expõe que 80% dos recursos naturais são usufruídos por somente 20% da população deixando patente a injustiça social decorrente da adoção do sistema capitalista.

Um sistema que procura tomar todos os espaços e assim conforme coloca Calaça e Dias (2010) uniformiza o campo com a cidade. O processo de modernização desencadeado pela necessidade de acumulação de capital tornou o campo e a cidade espaços destinados ao cumprimento dos mesmos objetivos: satisfação das regras do mercado e garantia do poder na mão da classe burguesa.

E, nesse contexto, tornam-se espaços invariáveis também no que se refere a presença da ligação umbilical que esses objetivos capitalistas exercem como a miséria, as injustiças sociais, o escravismo, o estranhamento, a devastação ambiental, a fome. A título de exemplo segue trecho da música Madalena de Gilberto Gil (1992) retratando a fome e a miséria de Madalena mesmo essa estando em volta da rica produção do agronegócio.

Fui passear na roça, encontrei Madalena sentada numa pedra comendo farinha seca. Olhando a produção agrícola e a pecuária. Madalena chorava sua mãe consolava dizendo assim, pobre não tem valor pobre é sofredor e quem a ajuda é o Senhor do Bonfim. [...] Vai na próxima capela e ascende uma vela para não passar fome [...]. (GIL, 1992).

A partir da década de 70, como descrito anteriormente, ocorreu uma extrema subordinação da agricultura para com as indústrias e assim, como coloca Ianni (1984) do campo à cidade. A causa dessa dependência é consolidada pela

² Segundo o PNUMA citado por Porto-Gonçalves (2006) a pegada ecológica é uma unidade de área que corresponde ao número necessário de hectares de terra biologicamente produtiva para produzir os alimentos e madeira à população, a infraestrutura que utiliza, e para absorver o CO² produzido durante a queima de combustíveis fósseis.

modernização e suas técnicas que juntas viabilizam “[...] a união da produção primária com a secundária.” (CALAÇA e DIAS, 2010, p. 322). Isto é, a modernização quando surge torna possível a transformação da atrasada prática agropecuária em indústria possibilitando que essa aumente a produtividade e produza a matéria-prima do produto industrializado, não do alimento para a população da região mas da matéria-prima para exportação, ou para produção de bens oligárquicos, na sua grande maioria, ou seja, para produção de bens destinados a aquisição de apenas uma parte da população.

Simplificadamente “[...] o latifúndio atrasado se converte em empresa capitalista moderna.” (MOREIRA, 1989, p. 23). É o que o referido autor chama de forma avançada do capitalismo; quando o comando passa a ser exercido pelas indústrias (cidade) e ocorre a ascensão e consolidação de um novo padrão de acumulação que afeta todos os setores, inclusive os pertencentes ao campo. Afinal é como coloca Carlos (1994) que apesar da indústria estar isolada espacialmente ela incorpora um montante de incorporações enormes que vão desde outras atividades industriais, até as atividades agrárias de comercialização e serviço.

Sobre esse processo a referida autora infere que quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os indivíduos. Comumente onde as indústrias se instalam, a população cresce, o município se desenvolve, todavia a miséria eclode. Assim, a característica principal do espaço torna-se a desigualdade, ficando evidente que o modo de produção capitalista visa desenvolver os meios de produção de modo a transformá-los em meios de exploração e de escravização do produtor.

Além da miséria, o progresso traz a poluição hídrica, do ar, as enchentes frequentes, os desmoronamentos causados pela construção indiscriminada de habitações, a erosão nas ruas, o assoreamento dos corpos hídricos, a falta de água, de saneamento e de condições básicas de vida. Isso ocorre por que a cidade é uma recriação constante das condições para se realizar a reprodução do capital (Carlos, 1994). Torna-se o local dos meios de produção, expressado através do uso do solo. E seguindo essa mesma lógica o campo é produzido, de modo a satisfazer a burguesia através do lucro e assim reproduzir desigualdade miséria tornando invariável a cidade.

E como se dá esse processo? Carlos (1994) esclarece que é por meio da constante atribuição de valor ao capital. Para promover o desempenho capitalista se faz necessário, então, a valorização contínua do capital, que é alcançada mediante a estruturação da proximidade das matérias-primas do processo produtivo com as indústrias. Mas também com os trabalhadores e os consumidores do mercado. O motor dessas estruturas é, portanto, como acentua Lefebvre, a industrialização. E Carlos (1994) concordando com a assertiva, explana que concomitante ao surgimento do fenômeno industrial há a mudança no conteúdo urbano, enfatizando a contradição entre classes e instigando a apropriação privada.

Num primeiro momento, a modernidade acarreta como já dita a égide da cidade sobre o campo, mas, analisando o caminhar do processo infere-se que num segundo plano a indistinção dessa relação torna-se cada vez mais uma assertiva, afinal essa separação é inerente a condução da lógica capitalista. Sob esse contexto, Lefebvre (2002, p. 79) acentua que por si só a existência da lógica capitalista e dos sistemas unitários no nível do Estado levam ao desaparecimento a separação da cidade e do campo. A tendência é a subordinação dos dois espaços a indústria e, assim, a consolidação da sua uniformização em prol de um objetivo comum: acumulação de riqueza.

Todavia, como frisa o referido autor essa relação ainda não foi superada e, embora haja uma tendência que aponte para uniformização, o Estado “[...] tende a perpetuar suas próprias condições, a manter a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, como a dos governados e governantes e, talvez, a separação entre a cidade e o campo.” (LEFEBVRE, 2002, p. 79). Mas isso é uma possibilidade que conforme as terras vão sendo apropriadas para perpetuação do agronegócio e criação de latifúndios vai tornando de incerta para assertiva, pois nesse processo o esforço é chegar à homogeneidade global.

E qual seria a solução? Lefebvre (2002, p. 87) propõe uma inversão, uma mudança de sentido em que a indústria dominante deixa de subordinar e passa a ser subordinada da realidade urbana, ou seja, das reais necessidades de habitar, partindo para isso do exercício da justiça social. A proposta do autor é a mudança de papel da indústria e do Estado de modo que esses passem a visar o bem estar da

população no geral e não de uma ínfima parte. No entanto, “Visá-la não quer dizer alcançá-la”. (LEFEBVRE, 2002, p. 88).

Para prosseguir a reflexão, a introdução ao conceito da modernidade se faz relevante, igualmente, uma vez que é esse processo junto com a indústria que materializa as mudanças no meio e causa por consequência, dentre outros efeitos o fenômeno do estranhamento. Nesse ponto, então, é necessário a apresentação do conceito de modernidade e da maneira como ela promove as transformações no campo a ponto de torná-lo invariável a cidade.

Os Sentidos de Modernidade e o efeito do estranhamento

Modernizar para Porto-Gonçalves (2006) é sempre, expandir uma determinada ideia de progresso e, com ela, de colonização dos povos e regiões que são diferentes. Portanto, modernidade está ligada a colonização, e assim, a hegemonia de um povo e de uma cultura sobre as outras e, por conseguinte, está ligada a injustiça e a desigualdade social. Para Santos (1996) a modernização contemporânea significa uma força para que todos os lugares se mundializem, ou seja, para que todos os lugares se tornem homogêneos e subordinados a lógica capitalista de acumulação de riqueza.

A transformação do meio e da cultura de forma a homogeneizá-la e condicioná-la aos ditames do mercado constituem as principais características desse processo. E sobre essa conjuntura, Fernandes (1993, p. 156) define a modernização como “um processo multidimensional de transformações nas esferas social política e econômica que se desenvolve [...] de acordo com os interesses da força política no poder e a da prevalência de uma esfera sobre as outras.”.

Latour (1994) aborda a palavra modernidade como colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. Moderno, portanto, para o referido autor significa uma ruptura na passagem regular do tempo, um combate no qual há vencedores e vencidos. Na descrição de Gomes e Cosia (1988) resumidamente a modernidade é um período em que se estabelece o movimento permanente e rápido das substituições do antigo com o novo.

E exatamente por isso Latour (1994) posta que jamais fomos modernos, afinal “tomamos consciência, retrospectivamente, de que os dois conjuntos de práticas estiveram operando desde sempre no período histórico que se encerra” e decorrente desse fato, de estarmos operando com técnicas desenvolvidas no passado pode-se obviamente afirmar que nada é novo, e se nada é novo, então, nada pode ser moderno e, assim o autor conclui que deixamos de ser moderno. A modernidade também não existe para ele por que separamos a política do natural, ou seja, a sociedade da natureza e assim, tornamos híbridos, um ser que não é nem social nem natural e, portanto, não moderno.

Porém, ao afirmar que não somos modernos pelo fato de não operarmos com técnicas novas, mas do passado, peca por considerar o novo, tão somente, como algo de pouco tempo ou que acaba de ser feito ou adquirido. Mas, o novo quando empregado para caracterizar a modernidade contém um significado que vai muito além de algo recente, constitui uma regra, um ditame que infinitamente deve ser seguido. Contempla, de acordo com Gomes e Cosia (1988, p. 48) algo “[...] comprometido com uma determinada via que nos é, muitas vezes, indicada como inexorável ou obrigatória.”.

Assim a modernidade torna-se “[...] um tempo de conditos entre o "moderno" e o "tradicional", mas também entre as visões do novo e a imprevisibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos.” (Grifo do autor). Sob esse prisma, pode-se afirmar que a modernidade é caracterizada, precipuamente, por um movimento constante e rápido de transformações. Um movimento em prol da consolidação de uma classe exploradora, da alienação de uma classe explorada e assim da formação de uma sociedade moderna materializada por uma lógica desigual.

E ao ser formado nessa sociedade moderna ocorre o estranhamento, pois a sociedade moderna conforme Rodrigues (1993, p. 88) “é a sociedade do descartável, que se amontoa em grandes lixões, seja o industrial, seja o doméstico, seja o hospitalar, seja o tóxico, onde impera o mau cheiro e grandes possibilidades de contaminação de várias doenças.”. E essa sociedade não se reconhece com o passar do tempo naquele espaço e por isso se estranha.

Para Carlos (2001) espaço é o produto de uma reprodução ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, o que significa que se o espaço for alterado em velocidade estrondosa a própria humanidade não irá reconhecê-lo e esse se tornará estranho, de outro espaço. E é justamente isso que ocorre na bacia do ribeirão Vai-Vem, tanto nos trechos que passa no campo quanto na cidade.

Carlos (2001) aborda que o espaço social é composto de experiência, permitindo assim, a vida. É onde as gerações sucessivas deixaram marcas projetaram suas utopias e seu imaginário. Sob esse prisma do espaço ser lugar que permite a vida, então, é possível concluir que o homem, então, apropria do espaço, com os sentidos e também com o corpo. E nesse aspecto, Carlos (2001) coloca que o espaço contempla dupla dimensão, de um lado sendo localização e de outro espaço social, dado pelas relações sociais que se realizam em um espaço-tempo determinado, aquele da reprodução da sociedade.

A reprodução, que se instaura no cotidiano, de acordo com Carlos (2001) segue um tempo acelerado, que é o tempo do desenvolvimento da técnica, que requer, por sua vez, em uma velocidade exorbitante a construção de novos espaços, gerando assim a redefinição constantemente da prática socioespacial. E essa redefinição, é importante destacar, se dá mediante o seguimento de novos padrões, que são os do modelo de consumo.

Para reprodução dessa sociedade urbana pautada na determinação do padrão de consumo, surge a produção do espaço como mercadoria e assim como circuito de troca. E nesse aceleração em busca da construção e do consumo da mercadoria, a sociedade torna-se alienada e não se dá conta da sua exploração e por isso o conflito não emerge com pujança.

Todavia à medida que a reprodução do espaço como mercadoria invade a esfera da reprodução da vida no espaço esse conflito aos poucos aumenta. Pois a “[...] reprodução da vida passa a ser realizada numa relação contraditória entre a necessidade e o desejo, entre o uso e a troca, entre identidade e não identidade, entre estranhamento e reconhecimento.” (CARLOS, 2001, p. 18). Por isso a referida autora afirma ser possível entender o conflito da reprodução da vida a partir da análise dos atos da vida cotidiana.

E é justamente essas contradições que geram o que a autora denomina de estranhamento. Para entender melhor o estranhamento basta observar o quão rápido se transforma as formas e estruturas na cidade:

[...] numa velocidade tão grande que os referenciais dos habitantes mudam de forma a produzir uma sensação de desconhecimento e não identificação de si próprio.” (p. 33). “Pois a fluidez do tempo elimina a sensação de persistência, criando um vazio. (CARLOS, 2001, p. 37).

E, certamente, a sociedade passa também a não se reconhecer como natureza ou como ser biológico e em decorrência disso se torna estranho. E tal processo ocorre pelo mesmo motivo, por que não é interesse ao capital tal reconhecimento, afinal o sistema capitalista com os meios que emprega para atingir sua acumulação destrói a natureza tornando necessário, então, tirar o homem da natureza, afinal se esse tomar consciência de que é natureza e está arruinando a si próprio então, certamente ele parará. Assim o conceito de natureza é determinado socialmente, afim de, exercer uma função política e social.

Smith (1988) perscruta esse processo e comprova que foi a emergência do capitalismo industrial que acarretou o surgimento das concepções e visões contemporâneas de natureza. Coloca também que os velhos conceitos ainda sobrevivem hodiernamente, mas, com a diferença de estarem organizados em um dualismo que constitui, por sua vez, a separação da concepção de natureza em natureza exterior e natureza universal.

Sob esse prisma, Smith (1988), coloca que o argumento burguês de que o capitalismo é da natureza humana, foi um dos mais lucrativos, no entanto, ele cai por terra se considerarmos a natureza como parte de nós, ou seja, para ele continuar predominando a exterioridade da natureza não pode ser negada. No entanto, não é isso que ocorre e como resultado o estranhamento eclode, pois como consequência desse processo o homem torna-se um ser conforme classifica Moreira (2008, p. 118) atópico, “[...] presente ausente, um ser que está, mas não consegue ser. Não é paisagem, não é meio e não é espaço, assim como, não é natureza e não é sociedade.”. É uma alienação materializada.

O morador ribeirinho em Ipameri (GO) não consegue se olhar no ribeirão, se ver parte do ribeirão como fazia na infância, agora o ribeirão se tornou externo a sua vida, a sua realidade e estranho, pois ele não mais o reconhece. Não apenas o ribeirão, como também a cidade em seu conjunto e como já explanado, igualmente, o campo. De acordo com Carlos (2001) o processo que produz a cidade como estranhamento, revela uma realidade que é exterior ao homem mostrando em toda a sua plenitude o processo de reprodução do espaço como alienação. Exemplo dessa alienação pode ser vista na contradição entre o tempo da vida e o tempo da transformação da cidade ou mesmo entre a natureza universal que engloba as relações sociais e a natureza exterior que engloba todo o restante com exceção do homem e o produto do seu trabalho.

As transformações, inexoráveis reproduzidas na cidade e agora também no campo impõem normas de uso que segrega exclui e expulsa a população e assim, se tornam contraditórias e por isso alienante. Nesse sentido, considerando todos os resultados indignos do ser humano provocados pelo sistema capitalista infere-se a necessidade urgentemente da substituição desse modelo de desenvolvimento. Pois, a real solução para a crise ambiental e social que o planeta e os trabalhadores rurais vivenciam está pautada na substituição desse modelo adotado como forma de desenvolvimento econômico. Afinal como coloca Guimarães (2004) “[...] a exalação desse modelo está conduzindo a humanidade ao suicídio.”.

Conclusão

A pesquisa concentrou na análise do uso, ocupação e apropriação da área drenada pela bacia do ribeirão Vai-Vem para uma compreensão do fenômeno do estranhamento como consequência da modernização das técnicas agrícolas e pecuárias a fim de servir a indústria. A região de Ipameri, bem como o Sudoeste goiano vive a modernização do setor agrícola e pecuário que traz mudanças radicais e adversas ao ambiente, à sociedade e a cultura.

Como resultado dessas transformações que ocorrem em velocidade estonteante surge o estranhamento da população para com o ribeirão Vai-Vem, esse estranhamento é notado pela mudança de hábitos da população. Há poucas

décadas atrás a população tomava banho no ribeirão, o utilizava como fonte de diversão. Testemunhos contam que as senhoras a tarde se juntavam em determinada margem desse e iam lavar suas roupas enquanto as crianças brincavam ao redor. No campo os mesmos hábitos se repetiam e as nascentes do ribeirão eram tranquilamente utilizadas para consumo humano.

Todavia, hoje, a população não mais reconhece o ribeirão, ele se tornou exterior, faz parte da natureza exteriorizada aquela em que não há presença humana e, por conseguinte a essa alienação proporcionada pela lógica da modernização o ribeirão torna-se estranho. Não se toma mais banho em suas águas e nem suas nascentes são mais utilizadas para consumo humano. Atualmente suas águas estão poluídas e contaminadas. Mas isso não é encarado como problema, afinal o ribeirão é encarado como externo a nós. Assim como a reprodução do capital nos espaços campo e cidade também é externa, pois à medida que visa satisfazer uma lógica capitalista que não é a lógica das necessidades humanas torna-se contrária a vida e, portanto, estranha e externa.

Parti-se da análise do ribeirão Vai-Vem a fim de observar o fenômeno do estranhamento e nesse processo nota-se que a pesquisa assume um caráter muito mais de incitar o debate sobre o tema do que, essencialmente, uma apresentação de resultados ou comprovação e refutação de hipóteses. É uma breve reflexão sobre o assunto e como todo pensamento minucioso constitui um auxílio na investigação dos processos ligados ao estranhamento e as consequências desse.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. Excluídos do Interior. In: NOGUEIRA, Maria. Alice; CATANI, Afrânio Mendes. (orgs). **Escritos de Educação**, 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, Congresso. Senado. **Lei N.º 12.651, de 25 de maio de 2012**: Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. **A Modernização do Campo no Cerrado e as Transformações Socioespaciais em Goiás**. In: CAMPO-TERRITÓRIO, Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 312-332, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **Espaço-tempo na metrópole; A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CHAVES, Manoel Rodrigues. Políticas de Desenvolvimento regional: discriminação, (inter) nacionalização e (in) sustentabilidade do Bioma Cerrado. In: GOMES, H. **Universo do Cerrado**. v. 2. Goiânia: UCG, 2008.

Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CIMA. **Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: CIMA, 1991.

CUSTÓDIO, Vanderli. Inundações no espaço urbano: as dimensões natural e social do problema. **Terra Livre – AGB** (As Escalas da Lógica Territorial: do Local ao Global), Goiânia, v. 1, n. 24, ano 21, 2005, p. 193-210.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e Modernização do Campo. **Terra Livre - AGB** (Geografia, política e cidadania), São Paulo, n.11-12, 1993, p. 153-175.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2º ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; COSIA, Rogério Haesbart. O Espaço da Modernidade. **Terra Livre - AGB** (O Espaço em Ação), São Paulo, n. 5. 1988. 45-65 p.

GUIMARÃES, Mauro. **A Formação de Educadores Ambientais**. 2º ed. São Paulo: Papirus, 2004.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 1º reimpressão. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

MOREIRA, Ruy. A marcha do Capitalismo e a Essência Econômica da Questão Agrária no Brasil. **Terra Livre - AGB** (TERRITÓRIO E CIDADANIA: Da luta pela terra ao direito à vida São Paulo), n. 6, 1989, p. 19-63.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PRADO, Caio Júnior. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Releituras do Território. **Terra Livre - AGB** (Geografia, política e cidadania), São Paulo, n.11-12, 1993, p. 77-90.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988.

VAZ, Letícia. **Diagnóstico e Percepção Socioambiental em Nascentes do ribeirão Vai-Vem, Ipameri-GO**. Instituto Federal Goiano-Campus Urutaí-GO: Departamento de Gestão Ambiental, 2009. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso.

ZIONE, F. SOUZA, D. V. **Pesquisa Social**: Métodos aplicados ao Saneamento. In: PHILIPPI, Arlindo Júnior. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para o desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 599-623.